



## **RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL**

### **ORÇAMENTO DO ESTADO 2019 NÃO RESPONDE ÀS EXPECTATIVAS. VALORIZAR A NEGOCIAÇÃO COLECTIVA**

Em dia de votação final do Orçamento do Estado para 2019 (OE), a UGT reafirma que este é um orçamento insuficiente para os trabalhadores, por estarmos convictos que teria sido possível ir mais longe, apesar de se confirmar, até ao momento e face a algumas deliberações já tomadas pelo Parlamento, que os sindicatos deverão ter ainda uma palavra a dizer.

Este é um OE que, contendo muitas medidas que merecem a nossa concordância, como por diversas vezes já tivemos oportunidade de o afirmar, foi elaborado e discutido num contexto económico e orçamental que tem conhecido progressos significativos, mas em que as expectativas dos trabalhadores, tendo sido colocadas em alta pelo próprio Governo, estão ainda longe de ser respondidas.

Um OE em que teria sido necessário reforçar níveis de investimento público, que garantam a manutenção da rota de um crescimento sustentado da economia e do emprego, pelo que não se entende a manutenção de níveis insustentáveis de carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e um controlo orçamental apertado à custa das condições de trabalho e da valorização dos funcionários públicos, e ainda da continuação da política de cativações que, na opinião da UGT, colocam em causa a resposta a desafios estratégicos como a formação profissional, o reforço da qualidade dos serviços públicos ou o combate às assimetrias regionais, matérias que fazem parte do Programa Nacional de Reformas elaborado pelo próprio Governo, mas que não vislumbramos como se irão compaginar com as cativações decididas.

Em todas estas áreas, a UGT apresentou propostas na sua Política Reivindicativa 2018-2019 e em várias Resoluções político-sindicais do seu Secretariado Nacional.

Mais ainda, transmitiu as suas posições ao Governo, incluindo em sede de CPCS ao Ministro das Finanças, e tentou encontrar plataformas de entendimento comum em várias sedes, nomeadamente junto dos Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do PCP e com a Presidente do CDS-PP, bem como em reunião bilateral com a Confederação do Turismo de Portugal e em contactos formais com os líderes dos parceiros sociais empregadores, referindo que na reunião com o Primeiro-Ministro, em que acompanhámos o Secretário Geral da CES, foram transmitidas

estas preocupações, devido à necessidade de aplicação, em Portugal, das medidas integradas no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, em que o discurso de um maior equilíbrio entre o financeiro, o económico e o social se traduza, também, na abertura ao diálogo, à negociação e em resultados concretos ao longo de 2019.

A UGT acompanha e partilha algumas das preocupações expressas por outras entidades, nomeadamente pelas confederações de empregadores, quanto à necessidade de mudanças em áreas importantes (*redução de custos de contexto, simplificação e desburocratização, acesso a financiamento*) e que se possam traduzir numa economia mais dinâmica e na criação de mais e melhor emprego de qualidade.

A UGT estará na primeira linha da defesa da salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, da luta por uma verdadeira política de rendimentos, com melhores salários, com uma carga fiscal que não continue a penalizar os rendimentos do trabalho e com uma negociação colectiva mais dinâmica.

A UGT regista positivamente a decisão do Parlamento no sentido de serem retomadas as negociações relativas à contagem integral do tempo de serviço dos professores e das demais carreiras especiais da administração pública e estará, como sempre esteve, presente para dar o apoio necessário aos seus sindicatos, embora lamente que aquela decisão tenha sido forçada pelo Parlamento, pelo facto de o Governo se ter mantido intransigente ao recusar manter uma negociação efectiva com os sindicatos.

Não deve ser esquecido que a recuperação do tempo de trabalho efectivamente prestado não é a única área em que o Governo está obrigado a negociar.

É fundamental que dê o exemplo ao País – enquanto Executivo e enquanto empregador – e que abra espaços de real diálogo com os sindicatos, não esquecendo que há matérias que, em primeira linha, devem ser tratadas na negociação colectiva.

É necessário garantir aumentos salariais reais para todos os trabalhadores, bem como valorizar as carreiras na administração pública e no sector empresarial do Estado, pelo que a UGT e os seus sindicatos tudo farão para que as expectativas geradas pelo Governo e pelos partidos que o apoiam sejam respondidas, e cumpridas as deliberações do Parlamento no que toca à implementação do OE/2019 em toda a sua amplitude.

Importa pôr termo aos impasses e aos bloqueios negociais que se verificam em vários sectores – Educação, Saúde, Segurança Social, Justiça – e, na negociação directa com o Ministro das Finanças, abrir a porta aos sindicatos e realizar uma discussão séria, fundamentada e não toldada por desinformações, que permita que este OE – com todas as suas limitações – se possa ainda traduzir em soluções e políticas mais equilibradas, mais justas e com maior sensibilidade social e numa efectiva dignificação do trabalho e dos trabalhadores, através da potenciação do diálogo social, tão valorizado numas ocasiões, mas desprezado noutras.

Não se reforça a democracia desvalorizando a negociação colectiva.

### **SALÁRIO MÍNIMO PARA 2019. UGT CONTINUARÁ A LUTAR PELOS 615 EUROS!**

A última reunião de concertação social, realizada a 13 de Novembro, marcou o início da discussão sobre o aumento da Retribuição Mínima Mensal Garantida para 2019.

Uma discussão que, mais uma vez, se encontra condicionada por um acordo partidário – que foi plasmado no programa do Governo – e que, deve ser dito, se tem constituído em vários momentos como um entrave a que, em sede de CPCS, se realizasse uma discussão mais aberta e se pudesse ir mais longe.

O Governo manifestou agora a sua abertura para acompanhar os parceiros sociais, caso estes atinjam um consenso sobre um valor que exceda os 600€ estabelecidos como meta para 2019, o que devemos saudar.

Sabemos que hoje – como o sabem as empresas - o estado da nossa economia é substancialmente melhor que o esperado há 3 anos atrás, quando aquele valor foi estabelecido, não sendo compreensível que tal se traduza no menor aumento nominal do salário mínimo desde 2014 (20 euros)

A UGT entende que, agora, é o momento para recentrar a discussão do salário mínimo na concertação social e acredita que é possível ir além da bandeira política dos 600€ e tudo fará para que se atinjam os 615 euros.

**CUMPRIR O ACORDO “COMBATER A PRECARIIDADE E REDUZIR A SEGMENTAÇÃO LABORAL E PROMOVER UM MAIOR DINAMISMO DA NEGOCIAÇÃO COLECTIVA”. RESPEITAR O PAPEL DA CONCERTAÇÃO SOCIAL.**

Encontra-se ainda na Assembleia da República a Proposta de Lei que vem proceder à alteração do Código do Trabalho e do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social (*vulgo Código Contributivo*) e que visa dar concretização parcial ao Acordo Tripartido “*Combater a Precariedade e reduzir a Segmentação Laboral e Promover um maior dinamismo da Negociação Colectiva*”, assinado na concertação social em 18 de Junho de 2018 com a presença, mais do que simbólica, do Primeiro-Ministro, isto é, num claro sinal político de valorizar e fazer respeitar o que foi assinado,

No momento em que, finda a discussão e a votação do OE, irão iniciar-se as audições parlamentares e a discussão das alterações propostas pelos diferentes Grupos Parlamentares à Proposta de Lei, a UGT mais uma vez vem reiterar a relevância daquele Acordo.

Um acordo importante pelo contributo para a mudança de políticas em áreas centrais do mercado de trabalho - o combate à precariedade e a dinamização da negociação colectiva – e por marcar a inversão da tendência de redução e bloqueio dos direitos dos trabalhadores, vivida no período do programa de ajustamento.

A UGT lança assim o repto a todos os actores políticos e sociais para que, não abdicando do seu legítimo espaço de intervenção, e contribuindo para o aperfeiçoamento do diploma legislativo em discussão, cumpram o espírito do Acordo Tripartido que lhe deu origem e respeitem os importantes consensos atingidos pelos parceiros sociais e o fundamental papel da concertação social no nosso sistema democrático.

**UGT EM SEIA. PARA VALORIZAR O INTERIOR**

A UGT, seguindo o mote “UGT NÃO ESQUECE”, agendou, nomeadamente no quadro das comemorações do seu 40º Aniversário, um conjunto de iniciativas e reuniões dos seus Órgãos um pouco por todo o País, decisão que se irá manter até final do corrente mandato 2017-2021.

A UGT tem conseguido inserir nas agendas das várias sedes em que intervém a problemática da valorização do interior, contribuindo para que esta temática se mantenha viva nas diferentes instâncias de diálogo social e político e para que, mesmo passado o período imediato de indignação face às tragédias dos incêndios de 2017, não seja esquecida a necessidade de um

quadro de políticas mais integrado e eficaz para afrontar aqueles que são os défices estruturais existentes, e que se arrastam no tempo, não esquecendo áreas fundamentais como o emprego, a fiscalidade, o ordenamento do território, ou a revalorização dos serviços públicos.

Nesse sentido, e no quadro da discussão do OE, a UGT, uma vez mais, lembrou aos actores sociais e políticos que seria fundamental ir mais longe na resposta a este desafio estrutural do País e que, mesmo com propostas positivas (autorização legislativa do Programa de Valorização do Território, incentivos ao investimento), estamos longe de ter um quadro que permita uma resposta aos desafios que nos propomos enfrentar.

A UGT reapresentou as suas propostas em domínios como, o reforço dos apoios à mobilidade e à fixação de trabalhadores, a maior proximidade e a melhoria dos serviços públicos, ou o reforço das condições para a instalação de empresas geradoras de empregos de qualidade.

Reconhecendo a importância que a área fiscal terá sempre, para garantir melhores resultados das políticas públicas, a UGT continuará a defender diferenciação fiscal em sede de IRS para os trabalhadores que se fixem nos territórios do interior e, em sede de IRC, uma maior redução das taxas para novas empresas nos primeiros anos da sua instalação, quando a mesma for associada a um esforço de criação de emprego permanente.

Não esqueçamos o papel relevante que pode ter o processo de descentralização de competências para o poder local, que se encontra em curso e relativamente ao qual é necessário assegurar os adequados recursos financeiros, ou mesmo o papel que as Câmaras Municipais têm já na resposta a estas problemáticas.

A Câmara de Seia é disso um exemplo, nomeadamente com um conjunto de relevantes políticas integradas de apoio à família, que têm vindo a ser implementadas pelo Município e que lhe têm granjeado galardões como o de “Autarquia + Familiarmente Responsável”, que recebeu pelo oitavo ano consecutivo na passada semana.

Mas tudo isto será sempre insuficiente se não houver um esforço nacional de construção de políticas integradas e profundas e com resultados que cheguem, efectiva e rapidamente, às populações.

A UGT não deixará de continuar a adoptar uma estratégia de cada vez maior proximidade com os territórios do interior, cientes de que a nossa presença é sentida de forma muito positiva pelas populações e que, enquanto parceiro social, essa mesma presença contribui, por si, para

não deixar cair a temática da valorização do interior e promover o debate e a acção sobre as persistentes desigualdades e assimetrias sociais, económicas e territoriais do País.

A presença do Secretariado Nacional, hoje, em Seia, é mais um importante momento em que a UGT deixa clara a prioridade dada a estes temas e a aposta que fazemos na aproximação às pessoas e aos seus reais problemas, envolvendo e chamando para este desafio o poder político e as organizações da sociedade civil.

O acolhimento extremamente positivo que estas iniciativas têm tido – e hoje não é excepção – apenas reforça a determinação da UGT em prosseguir este trabalho de proximidade e de alerta para a centralidade exacerbada que Lisboa exerce no país, mas também para a necessidade e para a urgência da construção de um País - territorial e socialmente - mais coeso e mais justo.

A UGT continuará a sua luta.

Para que o interior não seja esquecido!

Porque o sindicalismo também é solidariedade!

Por que o sindicalismo também significa soluções!

**APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO**

O SECRETARIADO NACIONAL

SEIA, 29 de Novembro de 2018